



Demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Individuais e consolidadas
30 de junho de 2025

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes	03
Balanços patrimoniais	05
Demonstrações do resultado	07
Demonstrações do resultado abrangente	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
1 Contexto operacional	13
2 Base de preparação e apresentação	14
3 Caixa e equivalentes de caixa	15
4 Aplicações financeiras	16
5 Contas a receber	16
6 Investimentos	17
7 Imobilizado	17
8 Intangível	21
9 Fornecedores	22
10 Tributos a recolher sobre o lucro	23
11 Concessões a pagar	25
12 Financiamentos e debêntures	26
13 Provisão para compromissos futuros	27
14 Processos judiciais	28
15 Patrimônio líquido	30
16 Receita líquida	31
17 Custos e despesas operacionais	33
18 Receitas e despesas financeiras	34
19 Transações com partes relacionadas	35
20 Instrumentos financeiros	35
21 Compromissos	43
22 Informações complementares ao fluxo de caixa	44
23 Eventos subsequentes	44



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Aliança Geração de Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia") em 30 junho de 2025, que compreendem os balanços patrimoniais condensados, individuais e consolidados, em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, em 30 de junho de 2025, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, em 30 de junho de 2025, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 19. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro 2024, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVO	Nota	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	83.199	253.237	314.578	440.472
Aplicações financeiras	4	346.574	154.035	347.446	154.086
Contas a receber	5	124.359	139.112	142.435	163.358
Estoques		12.708	12.392	15.901	15.224
Tributos a recuperar		3.144	2.063	4.099	3.757
Dividendos a receber	6.a	-	30.565	-	-
Outros valores a receber		7.212	5.562	8.500	9.170
Total do ativo circulante		577.196	596.966	832.959	786.067
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	33.767	31.922
Tributos a recuperar		-	-	556	621
Depósitos vinculados a litígios	14.b	11.891	8.610	12.528	9.203
Outros valores a receber		3.683	6.339	3.683	6.339
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	-	-	846	1.030
Realizável a longo prazo		15.574	14.949	51.380	49.115
Investimento	6	1.759.249	1.730.921	-	-
Imobilizado	7	1.195.286	1.220.355	2.906.356	2.972.424
Intangível	8	556.041	568.399	587.081	600.390
Total do ativo não circulante		3.526.150	3.534.624	3.544.817	3.621.929
Total do ativo		4.103.346	4.131.590	4.377.776	4.407.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro 2024, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	18.938	35.477	71.603	86.680
Salários e encargos a pagar		12.520	16.783	12.519	16.782
Tributos e contribuições sociais a recolher		11.609	12.390	13.281	13.737
Tributos a recolher sobre o lucro	10	53.569	100.320	56.724	102.392
Concessões a pagar	11	41.030	41.047	41.030	41.047
Financiamentos e debêntures	12	90.560	87.141	104.812	100.706
Arrendamentos		1.599	1.612	5.156	4.963
Encargos regulatórios a recolher		5.347	7.737	5.459	7.821
Provisão para compromissos futuros	13	24.786	18.649	25.950	20.432
Dividendos a pagar	15.a	-	128.016	-	128.016
Outros passivos		8.331	9.150	8.389	9.199
Total do passivo circulante		268.289	458.322	344.923	531.775
NÃO CIRCULANTE					
Concessões a pagar	11	188.192	198.496	188.192	198.496
Financiamentos e debêntures	12	1.078.272	1.081.305	1.228.813	1.237.105
Arrendamentos		2.665	3.270	31.599	32.603
Encargos regulatórios a recolher		4.496	5.139	4.496	5.139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	264.010	260.169	264.100	260.249
Provisão para compromissos futuros	13	96.607	90.602	114.838	108.342
Provisões para processos judiciais	14	186.520	176.382	186.520	176.382
Total do passivo não circulante		1.820.762	1.815.363	2.018.558	2.018.316
Total dos passivos		2.089.051	2.273.685	2.363.481	2.550.091
PATRIMÔNIO LÍQUIDO15					
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Lucros acumulados		156.390	-	156.390	-
Total do patrimônio líquido		2.014.295	1.857.905	2.014.295	1.857.905
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.103.346	4.131.590	4.377.776	4.407.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2025	01/01/2024	01/01/2025	01/01/2024
		a	a	a	a
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
RECEITA LÍQUIDA	16	558.743	512.450	663.115	599.280
CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(195.454)	(169.450)	(294.801)	(237.949)
LUCRO BRUTO		363.289	343.000	368.314	361.331
Despesas gerais e administrativas	17.b	(30.839)	(24.348)	(31.190)	(24.859)
Outras (despesas) receitas operacionais	17.b	(27)	971	(135)	(86)
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	346	9.321	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(30.520)	(14.056)	(31.325)	(24.945)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		332.769	328.944	336.989	336.386
Receitas financeiras	18	27.354	18.657	42.745	26.740
Despesas financeiras	18	(123.236)	(107.631)	(134.524)	(117.675)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.b	236.887	239.970	245.210	245.451
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.b	(76.657)	(67.264)	(84.785)	(72.593)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	(3.840)	(11.681)	(4.035)	(11.833)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.d	156.390	161.025	156.390	161.025
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.d	0,12	0,12	0,12	0,12
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de três meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
RECEITA LÍQUIDA	16	280.539	254.908	333.443	298.032
CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(99.198)	(88.743)	(148.343)	(123.280)
LUCRO BRUTO		181.341	166.165	185.100	174.752
Despesas gerais e administrativas	17.b	(14.718)	(13.144)	(14.887)	(13.450)
Outras (despesas) receitas operacionais	17.b	69	393	-	29
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	2.132	4.747	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(12.517)	(8.004)	(14.887)	(13.421)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		168.824	158.161	170.213	161.331
Receitas financeiras	18	14.717	9.776	23.113	13.966
Despesas financeiras	18	(56.411)	(54.232)	(62.165)	(59.210)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.b	127.130	113.705	131.161	116.087
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.b	(42.591)	(35.343)	(46.588)	(37.742)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	178	(2.190)	144	(2.173)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.d	84.717	76.172	84.717	76.172
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.d	0,07	0,06	0,07	0,06
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2025	01/01/2024	01/01/2025	01/01/2024
	a	a	a	a
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do período	156.390	161.025	156.390	161.025
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	156.390	161.025	156.390	161.025

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2025	01/04/2024	01/04/2025	01/04/2024
	a	a	a	a
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do período	84.717	76.172	84.717	76.172
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	84.717	76.172	84.717	76.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024, em milhares de reais.

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023		1.291.488	566.417	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	161.025	161.025
Em 30 de junho de 2024		1.291.488	566.417	161.025	2.018.930
Em 31 de dezembro de 2024		1.291.488	566.417	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	156.390	156.390
Em 30 de junho de 2025		1.291.488	566.417	156.390	2.014.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		156.390	161.025	156.390	161.025
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	7 e 8	66.174	66.543	108.565	101.912
Baixas líquidas de imobilizado e intangível		557	3.704	679	4.874
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	(346)	(9.321)	-	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		121.838	106.536	133.000	116.476
Imposto de renda e contribuição social	10.b	80.497	78.945	88.820	84.426
Repactuação do risco hidrológico		(1.218)	-	(1.218)	-
Amortização do juros capitalizados	6.a	3.093	2.456	-	-
Provisões para processos judiciais	17.b	10.138	730	10.138	730
		437.123	410.618	496.374	469.443
Variação de ativos e passivos					
Contas a receber		14.753	25.242	20.923	26.827
Tributos a recuperar		(1.081)	(57.491)	(277)	(56.590)
Depósitos judiciais		(2.084)	(308)	(2.084)	(347)
Outros ativos		690	(1.180)	2.649	579
Fornecedores		(17.723)	(26.691)	(19.520)	(29.798)
Salários e encargos a pagar		(4.263)	(3.185)	(4.263)	(3.186)
Tributos e contribuições sociais		(4.997)	55.498	(11.717)	50.052
Outros passivos		(3.851)	(4.188)	(3.815)	(4.237)
		(18.556)	(12.303)	(18.104)	(16.700)
Caixa gerado pelas operações					
		418.567	398.315	478.270	452.743
Imposto de renda e contribuição social pagos		(119.192)	(115.218)	(119.192)	(115.218)
Provisão para compromissos futuros pagos	13	(6.605)	(6.523)	(7.513)	(7.049)
Juros pagos	12.a	(36.996)	(34.056)	(43.929)	(41.413)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		255.774	242.518	307.636	289.063
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições no imobilizado e no intangível		(14.695)	(5.337)	(11.908)	(34.832)
Aumento/Integralização de capital em controladas	6.a	(510)	(27.731)	-	-
Novas aplicações financeiras		(855.142)	(515.867)	(1.212.994)	(701.683)
Resgates de aplicações financeiras		662.603	355.434	1.017.789	538.622
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(207.744)	(193.501)	(207.113)	(197.893)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de financiamentos e debêntures	12	(29.957)	(21.897)	(36.522)	(27.877)
Pagamentos de arrendamentos		(818)	(752)	(2.602)	(1.698)
Pagamento de concessões	11	(59.277)	(57.820)	(59.277)	(57.820)
Pagamento de dividendos	15.a	(128.016)	(62.140)	(128.016)	(62.140)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(218.068)	(142.609)	(226.417)	(149.535)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa					
		(170.038)	(93.592)	(125.894)	(58.365)
No início do período	3	253.237	270.672	440.472	381.823
No fim do período	3	83.199	177.080	314.578	323.458
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(170.038)	(93.592)	(125.894)	(58.365)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR					
Receitas		643.206	589.850	754.024	686.884
Venda de energia	16	642.072	588.748	753.435	686.710
Outras receitas		1.134	1.102	589	174
Insumos adquiridos de terceiros		(62.758)	(42.226)	(109.453)	(65.953)
Custos com aquisição de energia para revenda	17.a	(19.233)	(8.856)	(51.855)	(20.855)
Serviços de Terceiros		(42.111)	(31.965)	(56.124)	(43.690)
Materiais		(1.414)	(1.405)	(1.474)	(1.408)
Outros custos operacionais:		(87.396)	(73.948)	(98.649)	(85.003)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	17.a	(39.013)	(35.953)	(48.056)	(44.507)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	16.b	(16.389)	(15.332)	(16.389)	(15.332)
Encargos regulatórios		(8.091)	(7.505)	(8.762)	(8.012)
Repactuação do risco hidrológico		1.218	-	1.218	-
Contingências		(10.138)	-	(10.149)	-
Outros		(14.983)	(15.158)	(16.511)	(17.152)
Valor adicionado bruto		493.052	473.676	545.922	535.928
Retenções					
Depreciação e amortização	7 e 8	(66.174)	(66.543)	(108.565)	(101.912)
Valor adicionado líquido		426.878	407.133	437.357	434.016
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	346	9.321	-	-
Receitas financeiras	18	27.354	18.657	42.745	26.740
Valor adicionado a distribuir		454.578	435.111	480.102	460.756
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados		32.686	31.091	32.702	31.113
Remuneração direta		25.966	24.926	25.966	24.926
Benefícios		5.709	5.003	5.725	5.025
FGTS		1.011	1.162	1.011	1.162
Impostos, taxas e contribuições		140.562	133.558	154.685	148.757
Federais		140.424	133.390	153.457	143.055
Estaduais		-	41	1.064	5.556
Municipais		138	127	164	146
Remuneração de capitais de terceiros		124.940	109.437	136.325	119.861
Juros		121.791	107.370	133.030	117.319
Aluguéis		1.704	1.640	1.800	1.822
Outras despesas financeiras		1.445	427	1.495	720
Remuneração de capitais próprios		156.390	161.025	156.390	161.025
Dividendos retidos	15.d	156.390	161.025	156.390	161.025
Valor adicionado distribuído		454.578	435.111	480.102	460.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica dos até então seus acionistas, Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

No dia 27 de março de 2024, a Vale celebrou o contrato para aquisição da totalidade da participação de 45% da Cemig GT na Aliança. A conclusão da transação ocorreu em agosto de 2024, resultando na transferência integral da participação acionária da Cemig Geração e Transmissão S.A. para Vale S.A. A partir do dia 13 de agosto de 2024 a Vale S.A. deteve a totalidade das ações emitidas pela Aliança, sem alteração na estrutura de capital e nas operações da Companhia.

Em 31 de março de 2025, a Vale S.A. (“Vale”) celebrou um acordo com a Global Infrastructure Partners (“GIP”) para estabelecer uma *joint venture* na Aliança. Uma vez concluída a transação, a Vale deterá uma participação de 30% na *joint venture*, enquanto a GIP terá os 70% restantes.

No dia 22 de maio de 2025, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE aprovou a aquisição do percentual de participação da GIP na Aliança. A transação está sujeita às condições precedentes usuais, incluindo a anuência de órgãos regulatórios competentes.

Na conclusão da transação, a Aliança passará a consolidar os ativos de energia do parque solar Sol do Cerrado e a integralidade do Consórcio Candonga (Usina Hidrelétrica Risoleta Neves), ambos em Minas Gerais.

A Companhia reitera que manterá o mercado informado tempestivamente sobre qualquer fato relevante no contexto da referida transação.

Operação

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.701,3 MW. Desse total, (i) 1.422 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 774 MW médios, e (ii) 279,3 MW por meio de participações em 8 Centrais Eólicas com garantia física de 126,8 MW médios. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 6 - Investimentos.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas hidrelétricas e centrais eólicas:

Empreendimento (Usinas Hidrelétricas)	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW) ¹	Energia assegurada (MW médios)	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	80	Mai/40
Eliezer Batista ("Aimorés")	100%	Aimorés	Doce	330	173	Nov/39
Amador Aguiar ("Consórcio Capim Branco") ¹						
Amador Aguiar I ("Capim Branco I")	87,37%	Araguari	Araguari	240	147	Nov/42
Amador Aguiar I ("Capim Branco II")	87,37%	Araguari	Araguari	210	125	Abr/42 ²
Porto Estrela ("Consórcio de Porto Estrela") ¹	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	59	Jul/32
Igarapava ("Consórcio de Igarapava") ¹	52,65%	Conquista	Grande	210	128	Set/31
Risoleta Neves ("Consórcio de Candonga") ¹	50,00%	Rio Doce	Doce	140	62	Dez/38

¹ Os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada do consórcio.

² Repactuação do ACR finalizada. A Repactuação ACL foi homologada pela ANEEL, mas ainda falta a assinaturas do aditivo ao Contrato de Concessão.

Empreendimento (Centrais Eólicas)	Participação Aliança	Estado	Município	Capacidade Instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)	Vencimento da Autorização
Parque Eólico Santo Inácio (CESI)						
São Raimundo	100%	Ceará	Icapuí	23,10	11,20	Jun/2051
Santo Inácio III	100%	Ceará	Icapuí	29,40	13,60	Jun/2051
Garrote	100%	Ceará	Icapuí	23,10	10,50	Jun/2051
Santo Inácio IV	100%	Ceará	Icapuí	23,10	10,70	Jun/2051
Gravier	100%	Ceará	Icapuí	71,40	28,10	Ago/2055
Parque Eólico Acauã						
Acauã I	100%	Rio Grande do Norte	Santana do Matos	46,20	23,80	Abr/2055
Acauã II	100%	Rio Grande do Norte	Santana do Matos, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz	46,20	21,30	Abr/2055
Acauã III	100%	Rio Grande do Norte	Santana do Matos, São Vicente e Lagoa Nova	16,80	7,60	Fev/2055

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – "Demonstração Intermediárias" e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting" emitida pelo "International Accounting Standards Board – IASB" – identificadas como consolidado.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1). No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, em relação às demonstrações financeiras intermediária condensadas individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e não nas demonstrações financeiras individuais da controladora (BC 22 item C do IAS 23 – *Borrowing Costs*).

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras condensadas individuais e consolidadas.

Em 17 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025 e autorizaram a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 07 de março de 2025. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

2.3 | Políticas contábeis materiais

Neste período, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis materiais e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.4 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As alterações introduzidas pelas seguintes normas e interpretações contábeis, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, foram analisadas pela Companhia e não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas.

- CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto / IAS 28 – “Investments in associates and joint ventures”;
- ICPC 09 – Interpretação sobre Instrumentos Financeiros: Divulgação;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis / IAS 21 – “The effects of changes in foreign exchange rates”; e
- CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade / IFRS 1 – “First-time adoption of international financial reporting standards”.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e contas bancárias	548	2.864	548	2.864
Recursos mantidos em aplicações financeiras	82.651	250.373	314.030	437.608
	83.199	253.237	314.578	440.472

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 97% e 115% em 30 de junho de 2025 (98% e 115% em 31 de dezembro de 2024), conforme definido na contratação de cada operação.

Para mais detalhes sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 20 – Instrumentos financeiros.

4 | Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Certificados de depósitos bancários - CDB ¹	346.574	154.035	347.446	154.086
Fundo de investimentos em cotas - FIC (caixa restrito) ²	-	-	33.767	31.922
	346.574	154.035	381.213	186.008
Ativo circulante	346.574	154.035	347.446	154.086
Ativo não circulante	-	-	33.767	31.922
	346.574	154.035	381.213	186.008

Administração não espera utilizar esses recursos financeiros, mantidos no circulante e não circulante, para atender compromissos operacionais de curto prazo (próximos três meses) e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

¹ Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que variaram entre 97% e 115% em 30 de junho de 2025 (98% e 115% em 31 de dezembro 2024) conforme definido na contratação de cada operação.

² Os fundos de investimentos são compostos por cotas pós-fixadas, vinculadas a aplicações em fundos de renda fixa, títulos públicos e outros. A rentabilidade média ponderada em cada carteira equivale a 98,73% do CDI em 30 de junho de 2025 (97,47% do CDI em 31 de dezembro de 2024), conforme definido na contratação de cada operação. O montante aplicado no fundo de investimento é mantido como caixa restrito para atender compromissos operacionais vinculados ao Finem BNDES.

Para mais detalhes sobre a Companhia e de suas controladas aos riscos de taxa de juros, risco de crédito e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 20 - instrumentos financeiros.

5 | Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Industrial ou equivalentes	49.001	65.351	62.736	81.682
Suprimento a outras concessionárias	61.061	67.499	65.584	73.386
Câmara de comercialização de energia elétrica	14.115	6.045	14.115	8.255
Outros valores a receber	182	217	-	35
	124.359	139.112	142.435	163.358

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o saldo do contas a receber da Companhia possuía títulos a vencer inferiores a 60 dias. Além disso, a Companhia não possuía títulos vencidos e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

Impairment

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Para mais detalhes sobre a política do contas a receber vejam as notas nº 20 - Instrumentos financeiros e nº 16 - Receita líquida.

6 | Investimentos

a. MOVIMENTAÇÃO DOS SALDOS

CONTROLADORA						
	31/12/2024	Integralização de capital	Amortização	Resultado do período	Dividendos a receber (i)	30/06/2025
São Raimundo	109.364	-	-	2.168	3.718	115.250
Santo Inácio III	92.689	-	-	2.819	8.041	103.549
Garrote	78.587	-	-	2.366	7.428	88.381
Santo Inácio IV	79.411	-	-	2.869	8.465	90.745
Gravier	421.715	-	-	(3.873)	2.913	420.755
Acauã I	297.024	-	-	(1.955)	-	295.069
Acauã II	306.614	-	-	(2.394)	-	304.220
Acauã III	158.468	-	-	(1.506)	-	156.962
Sol do Cerrado	-	510	-	-	-	510
Mais valia CESI	7.798	-	(148)	-	-	7.650
Juros capitalizados	179.251	-	(3.093)	-	-	176.158
	1.730.921	510	(3.241)	494	30.565	1.759.249

CONTROLADORA							
	31/12/2023	Aumento de Capital/AFAC	Adição	Amortização	Resultado do exercício	Dividendos a receber	31/12/2024
São Raimundo	104.404	-	-	-	5.744	(784)	109.364
Santo Inácio III	88.478	-	-	-	5.521	(1.310)	92.689
Garrote	73.750	-	-	-	6.344	(1.507)	78.587
Santo Inácio IV	73.579	-	-	-	7.654	(1.822)	79.411
Gravier	415.922	-	-	-	12.266	(6.473)	421.715
Acauã I	275.874	25.205	-	-	(4.055)	-	297.024
Acauã II	296.460	3.767	-	-	6.387	-	306.614
Acauã III	149.341	10.001	-	-	(874)	-	158.468
Mais valia CESI	8.093	-	-	(295)	-	-	7.798
Juros capitalizados	174.534	-	10.266	(5.549)	-	-	179.251
	1.660.435	38.973	10.266	(5.844)	38.987	(11.896)	1.730.921

Dividendos recebidos

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, a destinação do resultado do exercício de 2024 das Centrais Eólicas foi realizada conforme prevê o Estatuto Social de cada Companhia, sendo 25% (vinte e cinco por cento) designado como dividendos mínimos obrigatórios. Entretanto, em maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou uma nova proposta de destinação do resultado do exercício de 2024 e deliberou a reclassificação do montante de dividendos ainda não pagos, relativo aos exercícios anteriores a 2024, para reserva de retenção de lucros.

- (i) A composição da movimentação dos dividendos é conforme relacionado abaixo:

CONTROLADORA			
	Dividendos propostos	Dividendos não pagos	Reclassificação reserva de lucros
São Raimundo	1.142	2.576	3.718
Santo Inácio III	1.311	6.730	8.041
Garrote	1.507	5.921	7.428
Santo Inácio IV	1.818	6.647	8.465
Gravier	2.913	-	2.913
	8.691	21.874	30.565

b. CONCILIAÇÃO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DA CONTROLADORA

	CONTROLADORA	
	30/06/2025	30/06/2024
Resultado do período	494	9.469
Amortização da mais valia CESI	(148)	(148)
Resultado da equivalência patrimonial	346	9.321

Valores capitalizados CESI e Gravier

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio, Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauã. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento durante o período de construção das Usinas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas da controladora enquanto no consolidado estes montantes são capitalizados no imobilizado.

Centrais Eólicas	Início da amortização	Amortização acumulada em 30/06/2025	Amortização acumulada em 31/12/2024
Parque Eólico Santo Inácio (CESI) ¹	Dez/2017	17.040	15.988
Gravier	Dez/2022	3.305	2.644
Acauã I	Jul/2024	1.273	636
Acauã II	Jan/2024	1.562	1.041
Acauã III	Out/2023	815	593
		23.995	20.902

¹ O Parque Eólico Santo Inácio é composto pelas Centrais Eólicas São Raimundo, Santo Inácio III, Garrote e Santo Inácio IV.

c. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as companhias abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais e de resultado das controladas são apresentados como seguem:

	30/06/2025						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido	Receita líquida
São Raimundo	31.293	137.535	6.936	46.642	115.250	2.168	10.699
Santo Inácio III	34.448	125.841	7.072	49.668	103.549	2.819	13.707
Garrote	34.154	96.921	5.863	36.831	88.381	2.366	10.427
Santo Inácio IV	36.360	96.431	5.270	36.776	90.745	2.869	10.710
Central Eólica Gravier S.A.	66.114	385.878	23.400	7.837	420.755	(3.873)	20.361
Acauã I	15.204	308.193	19.741	8.587	295.069	(1.955)	17.663
Acauã II	21.693	300.141	9.844	7.770	304.220	(2.394)	15.745
Acauã III	19.911	143.167	2.374	3.742	156.962	(1.506)	6.181

	31/12/2024						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido	Receita líquida
São Raimundo	27.876	140.887	11.346	48.053	109.364	5.744	25.204
Santo Inácio III	29.261	129.291	14.713	51.150	92.689	5.521	26.194
Garrote	29.502	99.310	12.307	37.918	78.587	6.344	22.176
Santo Inácio IV	31.328	98.689	12.745	37.861	79.411	7.654	23.168
Central Eólica Gravier S.A.	58.620	395.116	23.942	8.079	421.715	12.266	47.512
Acauã I	10.567	314.762	19.793	8.512	297.024	(4.055)	21.694
Acauã II	16.736	306.819	9.237	7.704	306.614	6.387	35.187
Acauã III	18.901	146.300	3.013	3.720	158.468	(874)	12.430

7 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	Total
Custo de aquisição							
Em 31/12/2023	112.094	1.044.180	274.188	1.121.762	2.210	76.573	2.631.007
Adições	3.497	-	3.256	9.109	-	38.365	54.227
Baixas	(1.912)	-	(5.013)	(7.754)	-	(102)	(14.781)
Transferência	-	601	288	14.944	84	(15.917)	-
Em 31/12/2024	113.679	1.044.781	272.719	1.138.061	2.294	98.919	2.670.453
Adições	6.164	-	-	-	-	9.579	15.743
Baixas	-	-	-	(1.403)	-	(4)	(1.407)
Transferência	-	3.018	-	21.877	86	(24.981)	-
Em 30/06/2025	119.843	1.047.799	272.719	1.158.535	2.380	83.513	2.684.789
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2023	(42.820)	(546.223)	(151.651)	(633.824)	(1.227)	(4.567)	(1.380.312)
Adições	(4.365)	(31.324)	(9.527)	(33.810)	(76)	(352)	(79.454)
Baixas	278	-	5.012	4.378	-	-	9.668
Em 31/12/2024	(46.907)	(577.547)	(156.166)	(663.256)	(1.303)	(4.919)	(1.450.098)
Adições	(2.233)	(15.775)	(4.832)	(17.196)	(43)	(176)	(40.255)
Baixas	-	-	-	848	-	2	850
Em 30/06/2025	(49.140)	(593.322)	(160.998)	(679.604)	(1.346)	(5.093)	(1.489.503)

Valor líquido

Em 31/12/2024	66.772	467.234	116.553	474.805	991	94.000	1.220.355
Em 30/06/2025	70.703	454.477	111.721	478.931	1.034	78.420	1.195.286
Taxa média de depreciação	3,82%	3,02%	3,54%	3,00%	3,68%	0,39%	3,01%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2023	136.231	1.043.732	310.899	2.171.057	17.875	896.917	4.576.711
Adições	16.939	-	3.256	9.109	-	112.006	141.310
Baixas	(4.042)	-	(5.013)	(7.754)	(5.107)	(102)	(22.018)
Transferência	-	601	(3.538)	296.576	3.079	(296.718)	-
Em 31/12/2024	149.128	1.044.333	305.604	2.468.988	15.847	712.103	4.696.003
Adições	6.372	-	-	-	-	9.934	16.306
Baixas	(470)	-	-	(1.403)	-	(7)	(1.880)
Transferência	-	3.018	-	21.877	86	(24.981)	-
Em 30/06/2025	155.030	1.047.351	305.604	2.489.462	15.933	697.049	4.710.429
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2023	(45.267)	(546.223)	(156.788)	(821.007)	(2.921)	(5.667)	(1.577.873)
Adições	(5.347)	(31.324)	(10.832)	(108.592)	(705)	(557)	(157.357)
Baixas	1.653	-	5.012	4.378	608	-	11.651
Em 31/12/2024	(48.961)	(577.547)	(162.608)	(925.221)	(3.018)	(6.224)	(1.723.579)
Adições	(2.877)	(15.775)	(5.529)	(56.977)	(247)	(290)	(81.695)
Baixas	351	-	-	848	-	2	1.201
Em 30/06/2025	(51.487)	(593.322)	(168.137)	(981.350)	(3.265)	(6.512)	(1.804.073)
Valor líquido							
Em 31/12/2024	100.167	466.786	142.996	1.543.767	12.829	705.879	2.972.424
Em 30/06/2025	103.543	454.029	137.467	1.508.112	12.668	690.537	2.906.356
Taxa média de depreciação	3,78%	3,02%	3,62%	4,60%	3,11%	0,08%	3,47%

- (a) Terrenos vinculados aos contratos de concessão não possuem previsão de indenização e são depreciados de acordo com o período da concessão. E para o consolidado, a Companhia e suas controladas possuem terrenos arrendados que são depreciados conforme os contratos de arrendamento.

O imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R\$ 3.952 em 30 de junho de 2025 (R\$4.626 em 31 de dezembro de 2024) relacionados a imóveis arrendados que são atendem à definição de propriedade para investimento.

- (b) A depreciação apresentada no imobilizado em curso é referente as peças sobressalentes.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$176.158 em 30 de junho 2025 (R\$179.251 em 31 de dezembro 2024). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento, vide nota explicativa nº 6 - Investimentos.

O valor residual dos ativos (imobilizado e intangível) é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Como toda a geração hidráulica da Companhia ocorre em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão, uma vez que existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão.

Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado, dentro do grupo “Outros” (consolidado), a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus Complexos Eólicos de Santo Inácio, Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauãs, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos das autorizações de operações. Em 30 de junho de 2025, o montante líquido registrado é de R\$6.146 (R\$6.252 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos imobilizados com vida útil indefinida.

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 13 - Provisão para compromissos futuros.

8 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2023	108.049	151.961	1.131	2.187	502.176	124	765.628
Adições	14.640	-	-	-	-	88	14.728
Baixas	(28.389)	-	-	(514)	-	-	(28.903)
Transferências	-	-	-	88	-	(88)	-
Em 31/12/2024	94.300	151.961	1.131	1.761	502.176	124	751.453
Adições	12.207	-	-	-	1.218	136	13.561
Transferências	-	-	-	136	-	(136)	-
Em 30/06/2025	106.507	151.961	1.131	1.897	503.394	124	765.014
Amortização acumulada							
Em 31/12/2023	(13.915)	(70.512)	(438)	(1.800)	(71.907)	-	(158.572)
Adições	(14.474)	(8.074)	(39)	(155)	(30.643)	-	(53.385)
Baixas	28.389	-	-	514	-	-	28.903
Em 31/12/2024	-	(78.586)	(477)	(1.441)	(102.550)	-	(183.054)
Adições	(6.466)	(4.037)	(19)	(75)	(15.322)	-	(25.919)
Em 30/06/2025	(6.466)	(82.623)	(496)	(1.516)	(117.872)	-	(208.973)
Valor líquido							
Em 31/12/2024	94.300	73.375	654	320	399.626	124	568.399
Em 30/06/2025	100.041	69.338	635	381	385.522	124	556.041
Taxa média de amortização							
	12,88%	5,31%	3,36%	8,20%	6,09%	-	6,84%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Direito de uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2023	28.585	122.331	151.961	3.601	2.236	502.176	299	811.189
Adições	-	14.640	-	-	-	-	88	14.728
Baixas	-	(38.570)	-	-	(514)	-	-	(39.084)
Transferências	-	-	-	175	88	-	(263)	-
Em 31/12/2024	28.585	98.401	151.961	3.776	1.810	502.176	124	786.833
Adições	-	12.207	-	-	-	1.218	136	13.561
Transferências	-	-	-	-	136	-	(136)	-
Em 30/06/2025	28.585	110.608	151.961	3.776	1.946	503.394	124	800.394
Amortização acumulada								
Em 31/12/2023	(2.349)	(14.787)	(70.512)	(489)	(1.819)	(71.907)	-	(161.863)
Adições	(857)	(17.128)	(8.074)	(142)	(165)	(30.643)	-	(57.009)
Baixas	-	31.915	-	-	514	-	-	32.429
Em 31/12/2024	(3.206)	-	(78.586)	(631)	(1.470)	(102.550)	-	(186.443)
Adições	(441)	(6.930)	(4.037)	(62)	(80)	(15.320)	-	(26.870)
Em 30/06/2025	(3.647)	(6.930)	(82.623)	(693)	(1.550)	(117.870)	-	(213.313)
Valor líquido								
Em 31/12/2024	25.379	98.401	73.375	3.145	340	399.626	124	600.390
Em 30/06/2025	24.938	103.678	69.338	3.083	396	385.524	124	587.081
Taxa média de amortização	3,09%	13,26%	5,31%	3,28%	8,52%	6,09%	-	6,77%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

9 | Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	4.374	3.601	4.374	3.601
Fornecedores de materiais e serviços	14.552	27.771	59.932	77.413
Encargos de uso da rede elétrica	12	4.105	12	4.105
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	-	7.285	1.561
	18.938	35.477	71.603	86.680

O prazo médio de pagamento da Companhia é de 57 dias em 30 de junho de 2025 (75 dias em 31 de dezembro de 2024) para controladora e consolidado. E sobre os saldos não há incidência de juros.

Para detalhes em relação ao fluxo de pagamentos e dos riscos: taxa de câmbio; taxa de juros; elevação da inflação; liquidez; aceleração do vencimento da dívida; crédito; liquidez relacionados a fornecedores e hidrológicos vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

10 | Tributos a recolher sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda	41.209	76.203	42.730	77.099
Contribuição social	12.360	24.117	13.994	25.293
	53.569	100.320	56.724	102.392

10.a | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Créditos tributários diferidos				
Concessões a pagar (UBP) (i)	20.460	19.087	20.460	19.087
Demais provisões	65.268	63.961	65.435	63.839
Provisões para compromissos futuros (i)	48.737	46.539	49.401	47.177
Redução ao valor recuperável de ativos	3.831	3.145	3.831	3.145
Outros	586	516	758	1.190
	138.882	133.248	139.885	134.438
Obrigações tributárias diferidas				
Juros capitalizados - CPC 20	(68.653)	(70.128)	(68.653)	(70.128)
Concessões a pagar (UBP) (i)	(22.139)	(18.630)	(22.139)	(18.630)
Provisões para compromissos futuros (i)	(43.236)	(43.214)	(43.483)	(43.454)
Repactuação do risco hidrológico	(130.863)	(135.650)	(130.863)	(135.650)
Depreciação fiscal	(138.001)	(125.795)	(138.001)	(125.795)
	(402.892)	(393.417)	(403.139)	(393.657)
	(264.010)	(260.169)	(263.254)	(259.219)
Total do ativo	-	-	846	1.030
Total do passivo	(264.010)	(260.169)	(264.100)	(260.249)
	(264.010)	(260.169)	(263.254)	(259.219)

- (i) Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): o Grupo aplicou as alterações que restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, provisões para compromissos futuros e concessões a pagar;

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Saldo no início do período / Exercício	(260.169)	(296.994)	(259.219)	(296.079)
Débitos alocados às demonstrações de resultados ¹	(9.475)	(15.798)	(9.482)	(15.878)
Créditos alocados às demonstrações de resultados ¹	5.634	52.623	5.447	52.738
Saldo no término do período / Exercício	(264.010)	(260.169)	(263.254)	(259.219)

¹ Em 2024 houve o reconhecimento no resultado das contingências da Vale e Cemig GT que resultou no montante apresentado no ano. Para 2025 o valor representa o valor usual das operações.

10.b | Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado nos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024 conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	236.887	239.970	245.210	245.451
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(80.542)	(81.590)	(83.371)	(83.453)
Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	168	3.219	-	-
Depreciação fiscal	(190)	(459)	(190)	(459)
Diferença regime tributário – Lucro presumido	-	-	(5.668)	(705)
Incentivo fiscal da Sudene	-	-	372	245
Outros	67	(115)	37	(54)
Despesa no resultado	(80.497)	(78.945)	(88.820)	(84.426)
Imposto corrente	(76.657)	(67.264)	(84.785)	(72.593)
Imposto diferido	(3.840)	(11.681)	(4.035)	(11.833)
	(80.497)	(78.945)	(88.820)	(84.426)
Alíquota efetiva	34%	33%	36%	34%

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	127.130	113.705	131.161	116.087
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(43.225)	(38.660)	(44.595)	(39.470)
Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	750	1.639	-	-
Depreciação fiscal	(199)	(637)	(199)	(637)
Diferença regime tributário – Lucro presumido	-	-	(2.076)	23
Incentivo fiscal da Sudene	-	-	160	17
Outros	261	125	266	152
Despesa no resultado	(42.413)	(37.533)	(46.444)	(39.915)
Imposto corrente	(42.591)	(35.343)	(46.588)	(37.742)
Imposto diferido	178	(2.190)	144	(2.173)
	(42.413)	(37.533)	(46.444)	(39.915)
Alíquota efetiva	33%	33%	35%	34%

11 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco e Candonga 5,24% a.a. e Porto Estrela 10,71% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2023	236.958	19.625	1.900	258.483
Efeitos financeiros reconhecidos	44.577	3.690	250	48.517
Amortizações	(53.524)	(4.004)	(292)	(57.820)
Saldo em 30/06/2024	228.011	19.311	1.858	249.180
Saldo em 31/12/2024	218.733	18.995	1.815	239.543
Efeitos financeiros reconhecidos	44.893	3.825	238	48.956
Amortizações	(54.836)	(4.157)	(284)	(59.277)
Saldo em 30/06/2025	208.790	18.663	1.769	229.222

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024
Passivo circulante	41.030	41.047
Passivo não circulante	188.192	198.496
	229.222	239.543

Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante para controladora e consolidado são conforme segue:

2026	19.036
2027	35.358
2028	32.024
2029	29.017
2030	26.302
2031 a 2035	40.646
2036 em diante	5.809
	188.192

12 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Debêntures - 2ª emissão (a)	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	66.058	69.942	66.058	69.942
Debêntures - 3ª emissão (a)	15/02/2035	IPCA + 4,00%	R\$	279.137	282.019	279.137	282.019
Debêntures - 4ª emissão (a)	15/08/2035	IPCA + 4,90%	R\$	244.239	243.011	244.239	243.011
Debêntures - 5ª emissão (a)	15/04/2036	IPCA + 6,13%	R\$	249.048	247.489	249.048	247.489
Debêntures - 6ª emissão (a)	15/11/2037	IPCA + 6,14%	R\$	356.112	352.992	356.111	352.992
Finem BNDES	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	167.820	172.570
(-) Custo de transação	-	-	R\$	(25.762)	(27.007)	(28.788)	(30.212)
				1.168.832	1.168.446	1.333.625	1.337.811

Classificadas como:							
Passivo circulante				90.560	87.141	104.812	100.706
Passivo não circulante				1.078.272	1.081.305	1.228.813	1.237.105
				1.168.832	1.168.446	1.333.625	1.337.811

(a) DEBÊNTURES

As emissões das debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 e a 6ª emissão de debêntures, emitida em 2023, nos termos da resolução nº 160/2022 da Comissão de Valores Mobiliários, todas na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011 e são não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Debêntures	Data de emissão	Valor	Prazo (anos)	Amortização e pagamento de Juros	Pagamento da 1ª parcela	Espécie
2ª Emissão	27/06/2019	77.000	10,5	Semestral	15/06/2020	Garantia real
3ª Emissão	15/02/2021	270.000	14	Semestral	15/02/2022	Quirografária
4ª emissão	18/08/2021	220.000	14	Semestral	15/08/2022	Quirografária
5ª emissão	15/04/2021	240.000	14	Semestral	15/04/2022	Quirografária
6ª emissão	15/11/2023	340.000	14	Semestral	15/11/2024	Quirografária

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.169.989	1.349.783
Encargos financeiros	63.795	71.823
Amortização do principal	(21.897)	(27.877)
Amortização de juros	(34.056)	(41.413)
Saldo em 30 de junho de 2024	1.177.831	1.352.316
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.168.446	1.337.811
Encargos financeiros	67.339	76.265
Amortização do principal	(29.957)	(36.522)
Amortização de juros	(36.996)	(43.929)
Saldo em 30 de junho de 2025	1.168.832	1.333.625

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	30/06/2025	31/12/2024
TJLP	8,65%	7,43%
IPCA	5,35%	4,83%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2026	41.495	49.108
2027	85.578	101.448
2028	85.783	102.996
2029	107.049	127.303
2030	123.312	145.908
2031 a 2035	572.122	639.118
2036 em diante	62.933	62.932
	1.078.272	1.228.813

(b) COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants) anuais. As informações detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

(c) GARANTIAS

Em 30 de junho de 2025, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES. As informações detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

13 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Aimorés	Candonga	Capim Branco	Funil	Igarapava	Porto Estrela	Controladora	Centrais Eólicas (a)	Consolidado
Em 31/12/2023	60.576	1.470	6.802	11.601	2.838	17.527	100.814	30.631	131.445
Adições/(Baixas)	-	-	-	-	-	-	-	(15)	(15)
Pagamentos	(3.803)	(473)	(369)	(1.456)	(307)	(115)	(6.523)	(526)	(7.049)
Atualização	2.854	84	320	599	140	788	4.785	1.097	5.882
Em 30/06/2024	59.627	1.081	6.753	10.744	2.671	18.200	99.076	31.187	130.263
Em 31/12/2024	77.561	285	10.367	10.510	2.716	7.812	109.251	19.523	128.774
Adições/(Baixas)	-	12.207	-	-	-	-	12.207	-	12.207
Pagamentos	(3.925)	(497)	(368)	(1.328)	(381)	(106)	(6.605)	(908)	(7.513)
Atualização	4.362	351	578	657	166	426	6.540	780	7.320
Em 30/06/2025	77.998	12.346	10.577	9.839	2.501	8.132	121.393	19.395	140.788

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Passivo circulante	24.786	18.649	25.950	20.432
Passivo não circulante	96.607	90.602	114.838	108.342
	121.393	109.251	140.788	128.774

(a) As provisões das Centrais Eólicas se referem aos compromissos socioambientais e desmantelamento. Para maiores detalhes em relação ao reconhecimento das provisões desmantelamento e socioambiental vide notas explicativas nº 7 – Imobilizado e 8 – Intangível, respectivamente.

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, consequentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

A provisão foi constituída para as usinas que possuem licença operacional em vigor (Funil, Igarapava, Porto Estrela, Centrais Eólicas Santo Inácio, Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauãs) e para as usinas que estão em fase de renovação da licença de operação (Aimorés, Candonga e Capim Branco).

14 | Provisões para processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a composição do saldo da controladora e do consolidado:

	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2023	143.459	31.202	350	-	175.011
Adições	-	-	-	57	57
Atualizações	4.536	2.250	80	-	6.866
Reversões/pagamentos	(223)	-	(15)	(10)	(248)
Saldo em 30/06/2024	147.772	33.452	415	47	181.686
Saldo em 31/12/2024	152.291	23.736	305	50	176.382
Atualizações	3.370	2.106	20	39	5.535
Adições	-	11.589	78	1.283	12.950
Reversões	-	(8.325)	(22)	-	(8.347)
Saldo em 30/06/2025	155.661	29.106	381	1.372	186.520

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Nos seis primeiros meses de 2025, exceto pelos processos descritos a seguir, não houve avaliações significativas nos principais processos como sendo de risco provável, os quais estão apresentados na nota 14 - Processos judiciais das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre as principais variações no primeiro semestre de 2025, dos processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ação cível

- Ação de desapropriação**

A presente demanda refere-se à ação judicial de desapropriação movida para a constituição da Unidade de Conservação – Parque do Pau Furado. O imóvel objeto da expropriação, denominado Fazenda Quilombo, localizado nas regiões de Buracão e Capão da Cana, Município de Araguari/MG. Após a sentença que fixou a indenização em valores superiores ao depositado pelo Consórcio, o processo se encontra em fase recursal.

Em 31 de dezembro de 2024, o processo estava classificado como perda possível. No entanto, após publicação de sentença desfavorável aos interesses da Aliança, no primeiro trimestre de 2025, houve a reclassificação para risco provável.

O valor provisionado como perda provável é de R\$10.556 em 30 de junho de 2025 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

- Ação pedido de tutela - Coteminas**

Trata-se de demanda com pedido de tutela de urgência ajuizada em face da Coteminas S.A. para que cumprisse com a obrigação assumida no âmbito do consórcio mantido com a Aliança, qual seja, a realização do aporte do dinheiro necessário para viabilizar a manutenção e as atividades da usina hidrelétrica que integra o seu objeto, inclusive mediante a suspensão dos direitos políticos enquanto persistir o inadimplemento.

A classificação inicial do risco de perda, em 31 de dezembro de 2024, era provável. Contudo, no primeiro trimestre de 2025, em virtude de decisão judicial que determinou a reversão da tutela de urgência e a consequente liquidação da CCEE, houve a baixa contábil da provisão anteriormente reconhecida.

O valor atribuído como perda provável é de R\$0 em 30 de junho de 2025 (R\$7.685 em 31 de dezembro de 2024).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição para a Controladora e Consolidado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Ambiental	43.111	40.981	44.579	43.335
Cíveis	82.426	93.248	83.327	94.085
Regulatório	33.451	33.239	33.451	33.239
Tributário	103.552	99.465	105.679	101.006
Outras	4.092	4.102	4.092	4.102
	266.632	271.035	271.128	275.767

Ação cível

• Ação de desapropriação

Em 31 de dezembro de 2024, o processo judicial estava classificado um prognóstico de risco de perda possível, sendo modificado para provável em 2025, conforme avaliação dos advogados. Para mais detalhes, vide texto em processos judiciais com prognóstico de perda provável.

O valor atribuído como perda possível é de R\$0 em 30 de junho de 2025 (R\$10.288 em 31 de dezembro de 2024).

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Ambientais	7.570	7.274	7.570	7.274
Cíveis	4.156	1.197	4.793	1.790
Trabalhistas	121	95	121	95
Fiscais	44	44	44	44
	11.891	8.610	12.528	9.203

15 | Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e dois mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 13 de agosto de 2024, a Vale S.A assinou o contrato para aquisição da participação da Cemig GT na Aliança, resultando na transferência integral da participação acionária emitidas pela Aliança.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	30/06/2025		31/12/2024	
	Nº de ações	Em R\$	Nº de ações	Em R\$
Vale S.A.	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

a. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia.

Em 19 de maio de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$128.016 (R\$62.140 em 31 de maio de 2024) a título de dividendos. Desta forma, em 30 de junho de 2025 o montante a pagar é de R\$0 (R\$128.016 em 31 de dezembro de 2024).

b. Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

c. Reserva de capital

Em 27 de fevereiro de 2015, o tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, foi o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital.

d. Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33 - *Earnings per Share*), a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Lucro líquido do período	156.390	161.025
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,12	0,12

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Lucro líquido do período	84.717	76.172
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,07	0,06

16 | Receita líquida

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	612.146	581.564	722.602	676.002
Transações com energia na CCEE	29.925	7.184	31.379	10.708
Receita bruta pela prestação de serviços	1.134	1.035	42	107
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(84.462)	(77.333)	(90.908)	(87.537)
	558.743	512.450	663.115	599.280

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	304.404	288.281	360.539	333.893
Transações com energia na CCEE	16.536	2.060	17.639	3.555
Receita bruta pela prestação de serviços	552	574	5	54
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(40.953)	(36.007)	(44.740)	(39.470)
	280.539	254.908	333.443	298.032

(a) FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2024
Industrial ou equivalente	295.642	279.694	379.542	356.499
Suprimento geração para terceiros	25.598	19.032	25.598	36.666
Suprimento a outras concessionárias	290.906	282.838	317.462	282.837
	612.146	581.564	722.602	676.002

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Industrial ou equivalente	148.637	136.957	191.349	174.644
Suprimento geração para terceiros	13.360	9.854	8.794	27.488
Suprimento a outras concessionárias	142.407	141.470	160.396	131.761
	304.404	288.281	360.539	333.893

(b) IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2024
Tributos sobre a receita				
PIS	(10.688)	(9.712)	(11.528)	(10.458)
COFINS	(49.237)	(44.733)	(53.108)	(48.172)
ICMS - substituição tributária (b.1)	-	-	(1.064)	(5.513)
ISS	(57)	(52)	(57)	(52)
	(59.982)	(54.497)	(65.757)	(64.195)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(16.389)	(15.332)	(16.389)	(15.332)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(2.513)	(2.389)	(3.184)	(2.895)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(2.231)	(2.046)	(2.231)	(2.046)
Pesquisa expansão sistema energético - MME	(1.116)	(1.023)	(1.116)	(1.023)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.231)	(2.046)	(2.231)	(2.046)
	(24.480)	(22.836)	(25.151)	(23.342)
	(84.462)	(77.333)	(90.908)	(87.537)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Tributos sobre a receita				
PIS	(5.416)	(4.798)	(5.843)	(5.154)
COFINS	(24.954)	(22.098)	(26.917)	(23.741)
ICMS - substituição tributária (b.1)	-	-	(1.062)	(1.208)
ISS	(28)	(28)	(28)	(29)
	(30.398)	(26.924)	(33.850)	(30.132)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(6.497)	(5.344)	(6.497)	(5.347)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(1.257)	(1.195)	(1.592)	(1.447)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(1.120)	(1.017)	(1.120)	(1.017)
Pesquisa expansão sistema energético - MME	(561)	(510)	(561)	(510)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.120)	(1.017)	(1.120)	(1.017)
	(10.555)	(9.083)	(10.890)	(9.338)
	(40.953)	(36.007)	(44.740)	(39.470)

(b.1) O ICMS “substituição tributária” incide quando a energia comercializada é vendida com a finalidade de consumo por destinatário localizado em unidade da federação diferente daquela que Companhia se encontra.

17 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Depreciação e amortização	(65.951)	(66.347)	(108.342)	(101.713)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(39.013)	(35.953)	(48.056)	(44.507)
Serviços de terceiros	(36.026)	(25.366)	(48.952)	(35.810)
Energia elétrica comprada para revenda	(29.380)	(9.467)	(62.001)	(21.466)
Pessoal	(21.141)	(20.404)	(21.156)	(20.422)
Prêmio do risco hidrológico	(7.526)	(7.219)	(7.526)	(7.219)
Outros custos operacionais	(6.400)	(3.980)	(8.750)	(6.095)
Materiais	(1.382)	(1.325)	(1.383)	(1.328)
Repactuação do risco hidrológico	1.218	-	1.218	-
Repasse repactuação do Risco Hidrológico	10.147	611	10.147	611
	(195.454)	(169.450)	(294.801)	(237.949)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Depreciação e amortização	(33.179)	(33.502)	(54.375)	(51.582)
Serviços de terceiros	(23.423)	(15.004)	(30.226)	(20.819)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(19.456)	(18.041)	(23.976)	(22.295)
Energia elétrica comprada para revenda	(17.437)	(7.139)	(32.706)	(12.622)
Pessoal	(11.629)	(10.284)	(11.629)	(10.288)
Prêmio do risco hidrológico	(3.784)	(3.610)	(3.784)	(3.610)
Outros custos operacionais	(3.065)	(2.142)	(4.421)	(3.043)
Materiais	(739)	(711)	(740)	(711)
Repactuação do risco hidrológico	1.218	-	1.218	-
Repasse repactuação do Risco Hidrológico	12.296	1.690	12.296	1.690
	(99.198)	(88.743)	(148.343)	(123.280)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Pessoal	(8.808)	(8.938)	(8.808)	(8.942)
Serviços de terceiros	(6.880)	(6.599)	(8.270)	(7.880)
Participação dos empregados no resultado	(2.742)	(1.901)	(2.742)	(1.901)
Contingências	(10.138)	(730)	(10.149)	(743)
Depreciação e amortização	(223)	(196)	(223)	(199)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(2.075)	(5.013)	(1.133)	(5.280)
	(30.866)	(23.377)	(31.325)	(24.945)
Resultado de equivalência patrimonial	494	9.469	-	-
Amortização do ágio	(148)	(148)	-	-
	346	9.321	-	-
	(30.520)	(14.056)	(31.325)	(24.945)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Pessoal	(4.516)	(4.331)	(4.516)	(4.335)
Serviços de terceiros	(3.766)	(3.118)	(4.503)	(3.753)
Participação dos empregados no resultado	(1.983)	(874)	(1.983)	(874)
Contingências	(2.977)	269	(2.986)	268
Depreciação e amortização	(112)	(98)	(114)	(100)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.295)	(4.599)	(785)	(4.627)
	(14.649)	(12.751)	(14.887)	(13.421)
Resultado de equivalência patrimonial	2.206	4.821	-	-
Amortização do ágio	(74)	(74)	-	-
	2.132	4.747	-	-
	(12.517)	(8.004)	(14.887)	(13.421)

18 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	26.055	18.362	41.351	26.288
Outras	1.299	295	1.394	452
	27.354	18.657	42.745	26.740
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(48.956)	(48.517)	(48.956)	(48.517)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(6.540)	(4.785)	(7.320)	(5.882)
Encargos de financiamentos e debêntures	(67.339)	(53.530)	(76.265)	(61.558)
Outras	(401)	(799)	(1.983)	(1.718)
	(123.236)	(107.631)	(134.524)	(117.675)
	(95.882)	(88.974)	(91.779)	(90.935)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	14.063	9.530	22.438	13.639
Outras	654	246	675	327
	14.717	9.776	23.113	13.966
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(24.446)	(24.202)	(24.446)	(24.202)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(3.404)	(2.351)	(3.776)	(2.866)
Encargos de financiamentos e debêntures	(28.340)	(27.443)	(32.912)	(31.456)
Outras	(221)	(236)	(1.031)	(686)
	(56.411)	(54.232)	(62.165)	(59.210)
	(41.694)	(44.456)	(39.052)	(45.244)

19 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Grupo Vale		Grupo Cemig		TOTAL	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Contas a receber								
Venda de energia (i)	-	-	49.001	65.350	-	-	49.001	65.350
Serviços de <i>backoffice</i>	182	182	-	-	-	-	182	182
Dividendos a receber (iv)	-	30.565	-	-	-	-	-	30.565
Outros valores a receber	493	600	-	-	-	-	493	600
Contas a pagar								
Outros valores a pagar	-	-	(3)	102	-	-	(3)	102
Dividendos a pagar (iv)	-	-	-	128.016	-	-	-	128.016

	Centrais Eólicas		Grupo Vale		Grupo Cemig		TOTAL	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Resultado								
Receita com venda de energia (i)	-	-	295.642	293.401	-	96.463	295.642	389.864
Receita com serviços de <i>backoffice</i>	1.090	929	-	-	-	-	1.090	929
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	-	(22.449)	-	(22.449)
Custo com O&M (iii)	-	-	-	-	-	(2.978)	-	(2.978)
Compra de energia (i)	(29)	(49)	-	-	-	(129)	(29)	(178)
Outras despesas	-	-	(37)	(31)	-	(9)	(37)	(40)
Outros custos	-	-	(382)	(650)	-	-	(382)	(650)
Recuperação de despesas (ii)	2.727	(1)	-	-	-	-	2.727	(1)

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) operações com venda e compra de energia elétrica através de contrato com sua acionista; (ii) recuperação de despesas; (iii) serviços de operação e manutenção; e (iv) dividendos a pagar e receber.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o período findo em 30 de junho de 2025, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes, que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$5.323 (R\$5.739 em 30 de junho de 2024), incluindo pró-labore, salários e benefícios. Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas operacionais.

20 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor

justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga

(incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber, dividendos a receber, outros valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos, dividendos a pagar e concessões a pagar como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de flutuações nas taxas de juros e inflação no valor dos seus ativos e passivos financeiros evidenciando o qual o efeito nos resultados e no patrimônio líquido.

Os cenários para essa análise foram elaborados utilizando fontes especializadas, sendo considerado conforme segue:

- **Cenário base:** considera-se os saldos contábeis da data destas Demonstrações Financeiras Intermediárias condensadas.
- **Cenário provável:** o saldo do cenário base é atualizado as taxas de juros prováveis para 30 de junho de 2025, utilizando informações disponibilizadas pelos consultores financeiros. O efeito estimado no resultado da Companhia é indicado pela diferença entre o cenário provável e o cenário base.
- **Cenários adverso:** um cenário é considerado adverso quando gera uma redução nos ganhos de ativos financeiros líquidos (redução da taxa do cenário adverso em relação à do provável) ou aumento de passivos financeiros líquidos (aumento da taxa do cenário adverso em relação à do provável), quando associados ao mesmo risco. Assim, a Companhia atualiza os saldos do cenário base considerando as taxas de juros estimadas para um cenário adverso, utilizando-se como base informações disponibilizadas por seus consultores financeiros. O efeito estimado no resultado é indicado pela diferença entre o cenário adverso e o cenário base.

Categoria dos instrumentos financeiros

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	83.199	253.237	314.578	440.472
Aplicações financeiras	346.574	154.035	381.213	186.008
Contas a receber	124.359	139.112	142.435	163.358
Outros valores a receber	10.895	11.901	12.183	15.509
Dividendos a receber	-	30.565	-	-
	565.027	588.850	850.409	805.347
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Fornecedores	18.938	35.477	71.603	86.680
Financiamentos e debêntures	1.168.832	1.168.446	1.333.625	1.337.811
Arrendamentos	4.264	4.882	36.755	37.566
Dividendos a pagar	-	128.016	-	128.016
Concessões a pagar	229.222	239.543	229.222	239.543
	1.421.256	1.576.364	1.671.205	1.829.616

Valor justo dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças relevantes entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

	CONTROLADORA			
	30/06/2025		31/12/2024	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	229.222	241.806	239.543	252.957
Financiamentos e debêntures	1.168.832	1.085.516	1.168.446	1.058.535
	1.398.054	1.327.322	1.407.989	1.311.492
	CONSOLIDADO			
	30/06/2025		31/12/2024	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	229.222	241.806	239.543	252.957
Financiamentos e debêntures	1.333.625	1.219.510	1.337.811	1.193.712
	1.562.847	1.461.316	1.577.354	1.446.669

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 30 de junho de 2025. Esta exposição ocorre em função do passivo de financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 12) indexado à variação do IPCA e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 30 de junho de 2025.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao IPCA e TJLP.

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, O CDI será de 13,90%, IPCA de 5,14% e a TJLP de 8,39%. A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

a. CONTROLADORA:

Descritivo	30/06/2025		
	Cenário Base	Cenário provável CDI 13,40%	Cenário adverso CDI 11,21%
Ativo			
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	429.225	486.741	477.341
Ativo exposto	429.225	486.741	477.341
Efeito no resultado		57.516	48.116

Descritivo	30/06/2025		
	Cenário Base	Cenário provável IPCA 4,94%	Cenário adverso IPCA 7,51%
Ativo			
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(1.168.832)	(1.226.572)	(1.256.611)
Passivo exposto	(1.168.832)	(1.226.572)	(1.256.611)
Efeito no resultado		(57.740)	(87.779)
Efeito líquido da variação no resultado		(224)	(39.663)

b. CONSOLIDADO:

Descritivo	30/06/2025		
	Cenário Base	Cenário provável CDI 13,40%	Cenário adverso CDI 11,21%
Ativo			
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	695.243	788.406	773.180
Ativo exposto	695.243	788.406	773.180
Efeito no resultado		93.163	77.937

30/06/2025			
Descritivo	Cenário Base	Cenário Provável IPCA 4,94%	Cenário adverso IPCA 7,51%
Passivo			
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(1.168.832)	(1.226.572)	(1.256.611)
Passivo exposto	(1.168.832)	(1.226.572)	(1.256.611)
Efeito no resultado		(57.740)	(87.779)

30/06/2025			
Descritivo	Cenário Base	Cenário Provável TJLP 8,39%	Cenário adverso TJLP 8,81%
Passivo			
Finem BNDES (nota explicativa nº 12)	(164.793)	(178.619)	(179.311)
Passivo exposto	(164.793)	(178.619)	(179.311)
Efeito no resultado		(13.826)	(14.518)
Efeito líquido da variação no resultado		21.597	(24.360)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de junho 2025. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 11 – Concessões a pagar) indexado à variação do IGP-M.

- Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2025, a taxa IGP-M anualizada será de 4,08%, a análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

30/06/2025			
RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	Cenário base	Cenário provável IGP-M 5,49%	Cenário adverso IGP-M 9,51%
Passivo			
Concessões a pagar (nota explicativa nº 11)	(229.222)	(241.806)	(251.021)
Passivo líquido exposto	(229.222)	(241.806)	(251.021)
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		(12.584)	(21.799)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

		Fluxos de caixa contratuais				
CONTROLADORA ¹	Valor contábil	Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	18.938	18.938	18.938	-	-	-
Financiamentos e debêntures	1.168.832	1.227.043	24.421	70.649	465.291	666.682
Arrendamentos	4.264	4.475	439	1.238	2.798	-
Concessões a pagar	229.222	229.793	10.699	30.545	129.266	59.283
	1.421.256	1.480.249	54.497	102.432	597.355	725.965

		Fluxos de caixa contratuais				
CONSOLIDADO ¹	Valor contábil	Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	71.603	71.603	71.603	-	-	-
Financiamentos e debêntures	1.333.625	1.405.659	28.284	82.233	563.192	731.950
Arrendamentos	36.755	38.570	1.414	3.996	14.579	18.581
Concessões a pagar	229.222	229.793	10.699	30.545	129.266	59.283
	1.671.205	1.745.625	112.000	116.774	707.037	809.814

¹ Os instrumentos financeiros à taxa de juros pós-fixados.

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados. Em 30 de junho de 2025, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos (Nota 12 - Financiamentos e debêntures).

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com sua acionista (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionista entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de sua acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	83.199	253.237	314.578	440.472
Aplicações financeiras	346.574	154.035	381.213	186.008
Contas a receber	124.359	139.112	142.435	163.358
Outros valores a receber	10.895	11.901	12.183	15.509
Total da exposição	565.027	558.285	850.409	805.347

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em sua acionista.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico, substituída pela Resolução Normativa Aneel nº 1.035, de 26 de julho de 2022 que consolida os atos regulatórios relativos à metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE;

(ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista. Portanto, a Companhia após decisão do Conselho, em setembro de 2021, aderiu a repactuação para todas as usinas, exceto Porto Estrela e Capim Branco II.

21 | Compromissos

Em 30 de junho de 2025, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$86.548 em 30 de junho de 2025 (R\$71.474 em 31 de dezembro 2024).

Contrato de arrendamento

Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação nas Centrais Eólicas conforme segue:

	30/06/2025	31/12/2024
São Raimundo	8.768	8.147
Santo Inácio III	11.055	10.273
Garrote	8.387	7.793
Santo Inácio IV	8.387	7.793
Gravier	13.018	12.811
Acauã I	11.751	11.723
Acauã II	10.578	10.552
Acauã III	5.894	5.880
	77.838	74.972

Balanço energético a longo prazo

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia e suas controladas e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

	MW médios				
	2025	2026	2027	2028	2029
Garantia Física	762,02	762,02	762,02	762,02	762,02
Garantia Física no CG	740,28	740,28	740,28	740,28	740,28
Contratos de Compra	75,05	16,00	-	-	-
Contratos de Venda	687,54	687,54	687,54	687,54	687,54
Distribuidor	25,06%	25,06%	25,06%	25,06%	25,06%
Autoprodutor	65,65%	65,65%	65,65%	65,65%	65,65%
Gerador	9,28%	9,28%	9,28%	9,28%	9,28%
Comercializador	-	-	-	-	-
Total Contratado	84,33%	90,91%	92,88%	92,88%	92,88%

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- A UHE Risoleta Neves em operação plena; e
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até 30 de junho 2025 para todo o horizonte.

22 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações que não afetaram caixa, complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Juros capitalizados (1)	-	10.265	-	10.265
Fornecedores de imobilizado	1.184	-	4.443	-
Provisão para compromissos futuros	12.207	-	12.207	-
Contabilização IFRS 16 (2)	-	239	91	992
	13.391	10.504	16.741	11.257

- 1) Juros capitalizados da construção dos novos projetos da Central Eólica de Acauã I; e
- 2) Reconhecimento do passivo de arrendamento e um direito de uso no grupo de imobilizado, de acordo com o IFRS 16.

23 | Eventos subsequentes

Anuência da ANEEL para alteração do controle societário

Em 10 de julho de 2025 ocorreu a publicação do despacho nº 2.049 do processo 48500.014974/2025-22, onde concede anuência da transferência do controle societário direto da Companhia para GIP Horizon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Pagamento antecipado do BNDES

Em 26 de agosto de 2025, as Centrais Eólicas de Santo Inácio realizaram o pagamento antecipado do financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do programa Finem. O montante total pago foi de R\$ 168.773, liquidando a obrigação antes do vencimento originalmente previsto.

Transferência de ativos

Em 01 de setembro de 2025, a Vale S.A. realizou a transferência dos ativos relacionados à usina fotovoltaica Sol do Cerrado, com capacidade instalada de 681 MW, para 17 Sociedades de Propósito Específico (SPEs), nas quais a Aliança detém 100% de participação. O valor total do aporte foi de R\$ 1.343.075.

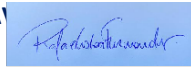
Na mesma data, a Vale S.A. também transferiu para a Aliança sua participação de 50% no Consórcio Risoleta Neves, no montante de R\$ 105.843, resultando na consolidação de 100% de participação da Aliança na usina.

DIRETORIA

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor Financeiro e Administrativo

Carlos Augusto Pavanelli Lopes Filho
Diretor de Operações e Engenharia

RESPONSÁ


Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0493453

Passo 3 - Digite a senha: i02j8y1o